



MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º Quadrimestre de 2010

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

<b><u>DESPESA COM PESSOAL</u></b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b> <b>(Últimos 12 meses)</b>	
	<b>LIQUIDADAS</b> <b>(a)</b>	<b>Inscritas em</b> <b>Restos a Pagar</b> <b>Não Processados</b> <b>(b)</b>
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>149.940.654,50</b>	<b>1.145.267,39</b>
Pessoal Ativo	147.068.675,01	890.481,14
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.860.808,43	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.011.171,06	254.786,25
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>2.463.486,04</b>	<b>2.813,14</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.625.916,16	1.660,71
Decorrentes de Decisão Judicial	621.096,60	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	216.473,28	1.152,43
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>147.477.168,46</b>	<b>1.142.454,25</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>148.619.622,71</b>
<b><u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u></b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>353.621.943,65</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100</b>	<b>42,03</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00 %</b>	<b>190.955.849,57</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL ( § único, art. 22 da LRF) - 51,30 %</b>	<b>181.408.057,09</b>	

FONTE: Sistema de Administração Orçamentário, Financeiro e Contábil

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

**RAIMUNDO ANGELIM VASCONCELOS**  
Prefeito

**ELIAS MANSOUR MACEDO**  
Secretário Municipal de Finanças  
Decreto Nº.1238/2010

**TONISMAR JOSÉ DE OLIVEIRA**  
Diretor do Depto de Contabilidade  
Decreto Nº.609/2009  
CRC AC-001640/O-1